

O FASCISMO COMO OBSCURANTISMO NOS JORNAIS *O HOMEM LIVRE* E *A MANHÃ*: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO CONCEITO DE ANTIFASCISMO NO BRASIL (1933-1935)

Giovani Bertolazi Brazil¹ 

Ana María Sosa González² 

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir para a história do conceito de antifascismo no Brasil, centrando o olhar na construção semântica do fascismo que foi feita por duas organizações, a Frente Única Antifascista (1933-1934) e a Aliança Nacional Libertadora (1935). A imprensa ligada a esses grupos cumpriu um papel fundamental não só na divulgação de uma caracterização particular acerca do fascismo, como também se constituiu como espaço de sociabilidade entre intelectuais de tendências políticas diferentes. Através das páginas dos jornais *O Homem Livre* (1933-1934) e *A Manhã* (1935), é possível compreender como foi feito o uso de todo um léxico, dispondo de textos escritos, imagens e charges para colocar o perigo fascista como uma ameaça obscurantista e de retrocesso civilizacional.

Palavras-chave: Fascismo. Antifascismo. História conceitual. Imprensa antifascista. Governo Vargas.

FASCISM AS OBSCURANTISM IN THE *O HOMEM LIVRE* AND *A MANHÃ* NEWSPAPERS: NOTES ON A CONCEPTUAL HISTORY OF ANTIFASCISM IN BRAZIL (1933-1935)

Abstract: This paper intends to contribute for the conceptual history of antifascism in Brazil, focusing on the semantic work done by two organizations, the *Frente Única Antifascista* (1933-1934) and the *Aliança Nacional Libertadora* (1935). The printed press connected to these groups played a key role not only in advertising a particular characterization of fascism, but also as a social space for intellectuals of different political tendencies. Throughout the pages of the newspapers *O Homem Livre* (1933-1934) and *A Manhã* (1935), it is possible to understand how a whole lexicon was used, by means of written texts, images and cartoons, in order to present the fascist danger as an obscurantist threat and as a backwards trend in civilization.

Keywords: Fascism. Antifascism. Conceptual history. Antifascist press. Vargas government.

EL FASCISMO COMO OBSCURANTISMO EN LOS PERIÓDICOS *O HOMEM LIVRE* Y *A MANHÃ*: APUNTES PARA UNA HISTORIA DEL CONCEPTO DE ANTIFASCISMO NO BRASIL (1933-1935)

Resumen: Este artículo busca contribuir en la comprensión de la historia del concepto de antifascismo en Brasil, centrando la mirada en la construcción semántica del fascismo realizada

¹ Aluno de Pós-Graduação em História - Mestrado na Universidade Federal de Pelotas. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Possui interesse pelas áreas de História Social do Trabalho, História do Movimento Operário e História das Esquerdas

² Possui Doutorado (2011) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou dois Pós-Doutorados no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel (Interdisciplinar), um como bolsista do PNPDI/CAPES (dez. 2011 a abril 2016) e um outro estágio pós-doutoral no mesmo Programa como bolsista PNPDI/CAPES (maio 2016 a agosto 2016). Atualmente é Professora Visitante Estrangeira no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, desenvolvendo o projeto de pesquisa "Memória, identidade e Patrimônio Industrial: Memórias dos lugares de produção de Pelotas e Rio Grande".

por dos organizações, a *Frente Única Antifascista* (1933-1934) y la *Aliança Nacional Libertadora* (1935). La prensa vinculada a esos grupos cumplió un papel fundamental no sólo en la divulgación de una caracterización particular del fascismo, como también se convirtió en un espacio de sociabilidad entre intelectuales de tendencias políticas diferentes. A través de las páginas de los periódicos *O Homem Livre* (1933-1934) y *A Manhã* (1935), es posible comprender de qué forma se realizó la puesta de todo un léxico, con el uso de textos escritos, imágenes e historietas, para colocar el peligro fascista como una amenaza oscurantista y de retroceso de la civilización.

Palabras clave: Fascismo. Antifascismo. Historia conceptual. Prensa antifascista. Gobierno Vargas.

Considerações teórico-metodológicas para o estudo do conceito de antifascismo no Brasil

A primeira metade da década de 1930 no Brasil foi marcada pela fundação de uma série de organizações que, ao assumirem o epíteto de antifascistas, empreenderam um combate ao que era percebido como a crescente ameaça do fascismo no país e no mundo. Entre esses grupos, destaca-se a Frente Única Antifascista (FUA), que existiu entre 1933 e 1934, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), cuja curta trajetória transcorreu no ano de 1935. A escolha por essas duas frentes se dá pelo fato de terem sido, apesar de apresentarem características e correlações de forças internas diferentes, as maiores expressões de unidade entre correntes distintas que possuíam projetos políticos naquele período. Ambas demonstraram, cada qual à sua maneira, uma preocupação com o avanço do fascismo a nível global, com o integralismo no Brasil e com os rumos do governo Getúlio Vargas no pós-1930. Mais do que isso, ambas buscaram construir uma conceituação do fascismo que viria a definir sua concepção do próprio antifascismo.

O antifascismo surgiu ainda na Itália, durante a década de 1920, como reação ao avanço fascista e como resistência ao regime de Mussolini, mas foi somente após a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha em 1933 que – tal qual o fascismo – as lutas antifascistas vieram a ganhar projeção internacional (HOBSBAWM, 2015). Entre os comunistas, a orientação da Internacional Comunista (IC) para o caso alemão,³ que levou ao seu isolamento político, foi duramente criticada por Leon Trotsky, o qual defendia a frente única entre os partidos e organizações operárias. A derrota significada pelo ascenso nazista levou ao rompimento definitivo de Trotsky com a IC, após anos de luta fracionária pela direção de seus rumos.

³ Essa orientação visou classificar a social-democracia alemã como “social-fascista”, abrindo mão de uma potencial aliança antifascista com esta (HOBSBAWM, 2015).

A corrente de Leon Trotsky teve grande influência nos rumos do antifascismo no Brasil, na medida em que grande parte dos fundadores da FUA pertenciam a ela e o modelo da organização foi inspirado na concepção de frente única do revolucionário russo-ucraniano (ABRAMO, 2014). No entanto, é preciso voltar à década de 1920, nas colônias de imigrantes italianos na cidade de São Paulo, para se encontrar as raízes do antifascismo no Brasil. Ali, segundo Bertonha (1998, p. 1), “italianos pró e contra Mussolini se digladiaram pela conquista dos italianos locais”, numa luta que decorreu entre 1922 e 1945. O governo fascista tinha uma política de estreitar os laços com os emigrados nos diversos países em que se encontravam, numa perspectiva de fazer uso das colônias “e usá-las como ponta-de-lança para a difusão da ideia fascista na opinião pública e [para] a obtenção do máximo possível de influência italiana.” (BERTONHA, 2017, p. 41). Como contraponto ao apelo que tinha o governo fascista – que controlava jornais, escolas e associações italianas – foi organizada uma rede de opositores em torno de jornais, ligas e frentes. Essas organizações formadas principalmente por socialistas italianos exilados no Brasil, tentaram conter o avanço do fascismo no seio da colônia.

Se num primeiro momento o antifascismo ficou circunscrito à colônia italiana paulista, a partir dos anos 1930, com a inflexão histórica acima mencionada, diferentes grupos passaram a encarar a ameaça fascista com outros olhos. Embora divergissem em relação à centralidade do antifascismo e sobre as formas de luta, socialistas, anarquistas, tenentistas, pecebistas e trotskistas todos empreenderam – separados, ou não – ações de combate ao fascismo, criando organizações, editando jornais e buscando disputar o espaço público urbano.

Em junho de 1933, através da iniciativa de trotskistas (ABRAMO, 2014; CASTRO, 1999), foi fundada a FUA, organização que reuniu também socialistas, tenentistas, antifascistas italianos e sindicalistas preocupados com avanço fascista. Sua formação marcou um novo momento do antifascismo no Brasil, em que se rompeu o isolamento da colônia italiana, mas que ficou marcado pelas dificuldades organizativas (a FUA existiu até outubro de 1934). No entanto, a FUA teve um papel essencial para momentos posteriores da luta antifascista no Brasil, visto que as redes de sociabilidade entre militantes antifascistas tecidas a partir dela, em São Paulo, foram essenciais para o processo de formação da ANL, em 1935 (CASTRO, 1999).

Assumindo um caráter de massas, a ANL, a despeito de sua vida curta (existiu entre março e novembro daquele ano), foi capaz de mobilizar grandes multidões em torno

de um programa nacional-reformista e de figuras carismáticas como Luiz Carlos Prestes. Segundo Vianna (1992) e Pinheiro (1991), o movimento aliancista foi a continuidade (e a conclusão) do movimento tenentista que teria iniciado na década de 1920, principalmente da sua ala mais radical. A ANL também contou com a adesão do PCB, que via no programa aliancista um meio de concretizar a sua estratégia revolucionária etapista, além de nele encontrar uma forma organizativa de frente ampla que era condizente com as inflexões táticas que estavam em vias de ocorrer, no Movimento Comunista Internacional (VIANNA, 1992). No programa aliancista, o antifascismo apareceu como uma consequência dialética da luta contra o imperialismo e o latifúndio e a favor da democracia. Com o fechamento da ANL em julho e a tentativa de levante em novembro de 1935, a repressão generalizada ao movimento operário por parte do Estado brasileiro acabou por afogar os antifascismos como um todo, num processo que se intensificou ainda mais com o golpe do Estado Novo, em 1937.

Tanto para FUA, quanto para ANL, uma compreensão do que significava o fascismo era fundamental para definir as bases do que se entendia por antifascismo. Essa caracterização do adversário político foi amplamente explorada através da imprensa dessas organizações, que com frequência fez uso de um léxico que apontava para o perigo que o fascismo significava para a própria marcha do processo histórico, compreendida nos marcos da “modernidade”. Como é sabido, a própria ideia de modernidade, historicamente construída na Europa dos séculos XVIII e XIX, ainda se fazia perceber no contexto brasileiro da década de 1930. Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar um recorte do que os sujeitos históricos envolvidos nas frentes antifascistas daquele período compreendiam como as características principais do fascismo, através dos seus jornais.

Para compreender a construção semântica do fascismo realizada por essas organizações recorreu-se ao enfoque teórico da História conceitual, para assim observar a construção do conceito na conjuntura dos anos 1933-1935 no Brasil e refletir sobre as suas mudanças e significados posteriormente. Seguindo o apontado por Koselleck, buscou-se desentranhar nesse contexto o conjunto de significados sociopolíticos, atendendo o quê e para o quê se utiliza essa palavra, pois, conforme o autor, entretanto “una palabra contiene posibilidades significativas, el concepto unifica en sí el conjunto de

significados” (2009, p. 101-102).⁴ Na constante tensão entre a transformação e acondicionamento da sociedade e a elaboração linguística característica do tempo histórico, existe uma dependência entre o acontecimento no momento em que o mesmo ocorre e a linguagem que o faz possível. Neste sentido, interessa observar o ponto de intersecção do conceito com seu contexto para ver, assim, a maneira em que surgiram reflexões dos próprios atores sobre as mudanças conceituais em curso, bem como as disputas na definição das palavras “que constituyen en sí mismo valiosos indicativos de la incipiente conciencia político-lingüística de la experiencia del cambio histórico”, (GOLDMAN, 2008, p. 11).⁵

No mesmo sentido, Jasmin aponta para o papel que a linguagem assume, nesse processo de transformação na concepção de tempo histórico:

Ao mesmo tempo em que a base de referência dos conceitos se dilata e designa um número mais amplo de atores [...] os atores se apropriam dos conceitos ampliados para imprimir sentido à experiência contemporânea e reivindicar determinadas perspectivas de futuro (a igualdade, a democracia). A linguagem, que é um índice a expressar as mutações em curso no mundo social, é também arma imprescindível nos combates que gestam essas mesmas mudanças. (JAMIN, 2006, p. 10-11)

Decorre desse raciocínio a importância do recurso à linguagem para compreender como se constituiu a luta antifascista no Brasil na década de 1930 e o porquê de se falar em uma “história do conceito de antifascismo no Brasil” no período entre 1933 e 1935. Interessa, portanto, analisar a maneira pela qual os atores daquele momento histórico se apropriaram de um manancial intelectual e de uma série de estratégias retóricas para caracterizar o inimigo que se visava enfrentar. Se o antifascismo se define pela oposição ao fascismo (e, portanto, mais que por um projeto político bem definido), é preciso primeiro compreender como se formou o conceito de fascismo naquele período, para aqueles sujeitos históricos envolvidos nas frentes antifascistas e através dos seus canais de comunicação com um público mais amplo. Nesse sentido, os jornais *O Homem Livre (HL)* e *A Manhã (AM)*, que se colocaram a serviço, respectivamente, da FUA e da ANL, se apresentam como fontes imprescindíveis para essa elaboração. Entre *HL* e *AM*, um total de 200 edições (22 de *HL* e 178 de *AM*) foram analisadas, todas digitalizadas e

⁴ “[...] uma palavra contém possibilidades significativas, o conceito unifica em si o conjunto de significados.” (KOSELLECK, 2009, p. 101-102, tradução nossa).

⁵ “[...] que constituem em si mesmas valiosos indicativos da incipiente consciência político-linguística da experiência das mudanças históricas” (GOLDMAN, 2008, p. 11, tradução nossa).

disponíveis para acesso livre on-line, no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O periódico *HL*, publicado na cidade de São Paulo entre maio de 1933 e fevereiro de 1934, serviu de espaço de circulação de ideias e de socialização entre militantes e intelectuais de diferentes matizes políticas, como comunistas trotskistas, socialistas e antifascistas italianos (CASTRO, 2005). O jornal foi dirigido por Geraldo Ferraz e tinha como gerente José Pérez, ambos militantes e jornalistas antifascistas, além de ter como colaboradores figuras tais quais Fúlvio e Lívio Abramo, Miguel Macedo, Mário Pedrosa, Goffredo Rosini e Lívio Xavier, na sua maioria trotskistas (ABRAMO, 2014). Seu público-alvo, a julgar pelo projeto editorial do jornal, caracterizado pela ampla presença de textos teóricos e mesmo pelas estratégias argumentativas e referências utilizadas, foi a vanguarda dos movimentos políticos e sindicais da época. Apesar de sua fragilidade organizativa, evidente na periodicidade irregular do jornal, *HL* foi um marco das primeiras tentativas de construção de unidade entre diversos setores da esquerda paulista na época, especialmente ao se considerar a realidade de fragmentação em que o movimento operário se encontrava.

O caso do jornal *AM*, que foi publicado no Rio de Janeiro entre os meses de abril e novembro de 1935, difere de *HL* no sentido de que se tratava de um jornal de orientação popular, com periodicidade diária, preço relativamente baixo e presença de seções diversas, como notícias locais, esportes e noticiário policial. Ademais, buscava contemplar o amplo escopo de ideias políticas que o programa da ANL abarcava, mas que afluíam nas lutas anti-imperialista, antilatifundiária e antifascista. O jornal era editado por Pedro Mota Lima e contava com o trabalho de Osvaldo Costa, Paulo Mota Lima e Sadi Garibaldi (GASPARIAN, 2010), além da colaboração de diversos intelectuais ligados à ANL, como Jorge Amado, Brasil Gerson, Rubem Braga, Álvaro Astrojildo Pereira, Hermes Lima e outros. A curta duração de *AM* corresponde à história da própria ANL, tendo sido fechado abruptamente no período de repressão que sucedeu à tentativa de levante aliancista em novembro de 1935.

O uso dos dois jornais acima citados como fontes para o estudo de conceitos políticos pressupõe uma série de considerações teórico-metodológicas.⁶ Ao mesmo tempo em que é necessário ter cuidados no tratamento das fontes de imprensa, nos termos

⁶ Para uma caracterização detalhada dos jornais *HL* e *AM*, no sentido do que foi proposto por (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Cf. (BRAZIL, 2022).

apontados por Cruz e Peixoto (2007), é imprescindível um olhar que compreenda que os jornais são “documentos vivos e dinâmicos, refletindo e refratando diversos aspectos do viver urbano que dificilmente poderiam ser recuperados com outra fonte documental” (MARTINS, 2018, p. 61).

Partindo do olhar que foca no cultural para uma ênfase no político e nas formas como os conceitos políticos se constroem, se transformam e são apropriados pelos sujeitos históricos, Martins (2018) aponta que a imprensa cumpre um papel preponderante nessa construção, em razão da diversidade que contempla, da intervenção pública que busca e do fato de que o discurso que ela produz toma características próprias, alertando ao mesmo tempo para os limites que esse trabalho investigativo possui.⁷ Além disso, é preciso levar em consideração uma série de critérios de razoabilidade a respeito de como os historiadores leem o que os jornais expressam, o que aproxima esta reflexão das considerações de Quentin Skinner sobre a historicidade das ideias políticas. Ao inferir sobre o processo de identificar as intenções dos autores na leitura de textos, Skinner afirma:

[...] se um enunciado ou qualquer ação foi realizada por um agente de maneira intencional, e possui um significado para o mesmo, qualquer explicação plausível sobre o que o agente pretendeu deve, necessariamente, recair sobre, e utilizar-se da, gama de descrições que esse agente poderia, em princípio, ter utilizado para descrever e classificar o que ele ou ela estavam dizendo ou fazendo. (SKINNER, 2017, p. 384-385)

É importante pontuar que a reflexão do autor diz respeito, especialmente, às ideias filosóficas e seus autores, numa crítica à História das Ideias “tradicional”. No entanto, sua problematização também é válida para o tratamento das fontes de imprensa, no caso dos jornais antifascistas brasileiros da década de 1930.

Outra passagem de Skinner é esclarecedora a respeito da questão da historicidade das ideias:

Qualquer afirmação é inevitavelmente a materialização de uma intenção específica em uma ocasião específica, proferida para a solução de um problema particular e, portanto, é específica para seu contexto ao ponto que seria simplista tentar transcendê-lo. A conclusão não é somente que os textos clássicos dizem respeito a suas próprias perguntas e não às nossas; é também que [...] não existem problemas perenes em filosofia. (SKINNER, 2017, p. 397)

⁷ O autor destaca os perigos de se considerar os jornais ora como expressão da “opinião pública”, ora como “mero instrumento manipulatório em favor de interesses externos” (MARTINS, 2018, p. 74).

Embora remeta à história do pensamento filosófico e aos chamados “textos clássicos”, a negação da existência dos “problemas perenes” na filosofia dá margem para se pensar também nos conceitos políticos. No caso do antifascismo, essa afirmação é ainda mais evidente, visto que, como já foi colocado anteriormente, seu próprio conceito se define através da oposição ao fascismo e não como algo que se sustenta sozinho. Portanto, só faz sentido falar em antifascismo quando se identifica a ameaça fascista.

A construção linguística em torno daquilo que era compreendido como as principais características do fascismo é parte fundamental no esforço de reconstruir o processo de formação de frentes políticas que tomavam para si o epíteto de antifascistas.⁸ Ao mesmo tempo, esse trabalho de análise não prescinde de um estudo sobre a trajetória das organizações, suas redes de relações, correlações de forças internas etc. Afinal, segundo o próprio Skinner, “[...] o contexto social aparece [...] como o melhor marco para ajudar a decidir quais significados reconhecíveis de maneira convencional poderiam, em princípio, estar à disposição de alguém.” (SKINNER, 2017, p. 396).⁹

Por fim, é necessária uma última consideração. Tanto a Frente Única Antifascista, quanto a Aliança Nacional Libertadora, às quais pertenciam os jornais que serão abordados, tomaram para si o epíteto de antifascistas. No entanto, cada uma das frentes possuía uma composição interna e trajetórias diferentes. Este artigo busca explorar um aspecto que as unia, no que diz respeito à caracterização do fascismo, que é a sua face obscurantista e seu significado como uma ameaça ao progresso civilizatório da humanidade. Os exemplos que aparecem nas páginas seguintes não são as únicas instâncias em que a linguagem em torno do obscurantismo fascista aparece nos jornais antifascistas, mas servem como amostras da maneira como esse discurso foi usado.

Fascismo, obscurantismo e mistificação

Uma das principais faces que o fascismo assumiu, na caracterização desenvolvida pelos antifascistas brasileiros durante a primeira metade da década de 1930, foi a do obscurantismo. O próprio vocábulo “obscurantismo” era frequentemente utilizado nas

⁸ Cabe ressaltar a diferenciação que Martins (2018) faz entre a vertente alemã da história dos conceitos e a “escola” anglo-saxônica da história das ideias, representadas neste artigo, respectivamente, por Koselleck e Skinner. No entanto, ambas convergem “na compreensão do político como algo integrado ao social e apreensível de forma dinâmica e interativa, seja através da sua relação com as mobilizações sociais, seja pelos diversos ‘contextos linguísticos’ que podem tornar esse ‘político’ inteligível” (MARTINS, 2018, p. 58).

⁹ Essa preocupação não é central para este artigo, sendo parte da pesquisa que está sendo desenvolvida.

páginas tanto de *HL*, quanto de *AM*, o que explica a opção por seu uso, neste artigo, como um importante elemento explicativo da conceitualização de fascismo por esses jornais.

O conceito moderno de obscurantismo tem origem no pensamento iluminista, que, no seu papel de filosofia militante, coloca em oposição a razão e a tradição (BINETTI, 1998). Em outros termos, o iluminismo assume uma luta das “luzes”, representadas pela racionalidade e a ciência, contra as “trevas”, que sintetizam o pensamento aristocrático, religioso e obscurantista. Sendo assim, os obscurantistas são aqueles que negam a razão ou impedem o acesso de outros ao conhecimento obtido de maneira racional. Essa noção, somada à confiança no triunfo da humanidade perante as trevas, é expressa de maneira clara por Condorcet no final do século XVIII:

Se dermos uma olhada no estado atual do globo, veremos primeiramente que, na Europa, os princípios da Constituição francesa já são aqueles de todos os homens esclarecidos. Nós os veremos aqui muito difundidos, e muito altamente professados, para que os esforços dos tiranos e dos sacerdotes possam impedi-los de penetrar pouco a pouco até nas cabanas de seus escravos; e esses princípios logo despertarão ali um resto de bom senso e essa surda indignação que o hábito da humilhação e do terror não pode abafar na alma dos oprimidos. (CONDORCET, 2013, p. 191)

Obra da aristocracia que procurava manter seu *status quo* ameaçado pelo esclarecimento, o obscurantismo buscava conservar as bases tradicionais da sociedade europeia, que passam a simbolizar o atraso, a violência e a injustiça. Decorre dessa elaboração que o cerceamento do conhecimento e do acesso a ele se tornem crimes contra o progresso.

Outra forma de obscurantismo, mas que opera de maneira dissimulada, é descrita por Nietzsche (2017, p. 22) como um “fastio com os frutos do intelecto”. Esse seria um elemento presente em muitas obras filosóficas, no sentido de que a linguagem empregada pelos seus autores era mistificadora e esotérica, deliberadamente confusa e conscientemente verborrágica. Nesse sentido, obscuro é o mesmo que “de difícil compreensão”, denotando uma filosofia que tem profundidade apenas na aparência e que faz uso da linguagem difícil como um subterfúgio para mascarar aquilo que está ausente, na essência. Essa concepção se aproxima, em significado, de outro vocábulo que aparece com frequência nos jornais antifascistas e que pode ser compreendido como um dos principais eixos de caracterização do fascismo, a “mistificação”.

No trabalho de construção discursiva acerca do fascismo, obscurantismo e mistificação são conceitos irmãos, pois esse trabalho deliberado de mascaramento da

realidade não deixa de ser uma forma de manter os interlocutores (independente se falamos de intelectuais, ou de líderes políticos, como emissores) na ignorância em relação ao pleno conhecimento da realidade. No entanto, e aqui se demarca a diferença entre o conceito erudito de obscurantismo visto acima e aquele empregado pelos antifascistas brasileiros da década de 1930, esse trabalho de ocultamento da realidade toma proporções muito maiores e se constitui num problema muito mais sério quando se fala de fascismo. Portanto, mais que uma questão de forma ou debate de ideias filosóficas distintas, o obscurantismo fascista era uma das facetas do seu projeto de destruição da civilização e de lançamento da humanidade às trevas. Sendo assim, esses vocábulos são expressão, dentro do contexto abordado, da construção discursiva em torno da “modernidade” e de sua crença no futuro, no racionalismo e no progresso material e imaterial humano. A análise do obscurantismo como elemento constitutivo do fascismo permite lançar um olhar para as comparações que eram feitas entre o fascismo e temporalidades passadas distintas daquele presente, assim como é útil para compreender a denúncia que era feita ao anti-intelectualismo que havia nos países fascistas, com suas práticas de censura, queima de livros e perseguição a intelectuais e artistas.

O fascismo e a ruptura do processo histórico

Após definir o que se entende por obscurantismo, será lançado um olhar para a maneira como esse conceito foi utilizado nas páginas de *HL* e de *AM*. Em ambos os jornais, o obscurantismo está conectado ao que seria uma postura fascista de censura, anti-intelectualismo, conservadorismo e reacionarismo em relação às expressões artísticas e pesquisas acadêmicas. Toda essa reação fascista faria parte de um objetivo mais amplo de involução da civilização humana, fazendo-a regredir a outras temporalidades passadas, como a Idade Média, a Antiguidade e até a Pré-História.

Em *HL*, a questão do retrocesso aparece já no primeiro parágrafo do editorial de fundação do jornal, na sua primeira edição e página:

Em consequência de fatores mais ou menos complexos [...] a humanidade ameaça retrogradar. A história já fez mesmo um “alto”. Formas arcaicas de organização, anacronismos políticos, costumes há muito vencidos pela evolução são retirados do museu da história, e, cheirando a naftalina e já meio comidos pelas traças, são apresentados aos homens do século XX, quando não como autênticas novidades, ao menos como a panacéia, antiga mas boa, que há de curar todos os males da nossa época (CONTRA..., 1933, p. 1).

Além do alerta em relação à involução civilizatória e ao retorno às “formas arcaicas de organização”, o editorial chama atenção para a urgência da luta “contra o

fascismo, cuja ideologia medieval hoje se apresenta com feições internacionalizantes” e que ameaçava quaisquer indivíduos e organizações que não concordassem com “suas crenças medievais” e não suportassem “a sua intolerância inquisitorial nem o obscurantismo que lhe é condição de vida” (CONTRA..., 1933, p. 1). Somada à associação direta entre fascismo e obscurantismo, o texto tece comparações com uma temporalidade distinta da contemporânea àquele tempo, a medieval.

O fascismo como retorno à Idade Média

As referências à Idade Média, como as vistas acima, são recorrentes em *HL* e presentes, em número comparativamente menor, em *AM*. É importante ressaltar que o período medieval é representado como uma época de trevas, barbárie e obscurantismo à qual os fascistas buscavam lançar a humanidade de volta. A caracterização da Idade Média europeia como sendo uma “Idade das Trevas” tem sido questionada por historiadores desde, pelo menos, meados do século XX, numa crítica ao que seria uma visão idealizada do passado e a uma teleologia histórica centrada no contraste entre eras douradas e eras sombrias (MOMMSEN, 1959). A própria utilização da expressão “Idade das Trevas” teria sido mais um recurso retórico, do que um termo científico (MOMMSEN, 1959).

De qualquer maneira, até os dias atuais e principalmente no discurso público, são recorrentes as representações midiáticas sobre o medieval que carregam os aspectos negativos acima expostos. Quando se volta a atenção para o Brasil da década de 1930, fica evidente o quanto essa visão era extremamente influente na própria intelectualidade antifascista, especialmente quanto se percebe, nos seus textos, a herança deixada pela filosofia iluminista. Segundo Mommsen (1959), foi com o Iluminismo que a noção de “Idade das Trevas” teria atingido o seu ápice, significando uma verdadeira batalha contra a escuridão e ao que seriam os valores medievais tradicionais.

O discurso antifascista foi inspirado, em grande medida, pelo pensamento dito “moderno”, cujo sentido aqui utilizado corresponde à acepção de Koselleck (2006). O encurtamento do campo de experiência e o alargamento do horizonte de expectativas, que caracterizam a noção de tempo histórico moderna, colocavam um grande peso num futuro indefinido e permitiam o desenvolvimento da crença na noção de progresso incessante da humanidade. Nesse sentido, ao abordar o surgimento do conceito de História (*Geschichte*) no final do século XVIII, Koselleck afirma que construção do termo:

‘História’ - como conceito-legitimador - vai muito além de sua aplicação científica. Ele conseguiu reunir as experiências e as esperanças da Era Moderna numa só palavra, a qual conseguiu se tornar desde então, termo de discórdia e palavra de ordem em nossa linguagem político-social. (KOSELLECK, 2019, p. 39-40)

O conceito moderno de História tem a capacidade de sintetizar toda a experiência histórica humana num único processo, relacionando incessantemente passado, presente e futuro numa narrativa totalizante e dotada de um sentido já definido, nos marcos da ideia de progresso inevitável da humanidade (JASMIN, 2006). Decorre desse raciocínio que os antifascistas se valessem da própria História contra o fascismo: se este promovia um retorno ao tempo da Idade Média, isto significava um grande retrocesso civilizacional e se constituía numa afronta às luzes e à razão. Para além da crítica ao fascismo, o cientificismo¹⁰ se fazia evidente, como um todo, na maioria das análises presentes nos jornais antifascistas, com diversos autores demonstrando uma peculiar apropriação do marxismo e de suas categorias teóricas.

A questão acima colocada é complexa, pois, além do discurso cientificista ser muito comum na década de 1930, é preciso considerar a precariedade com que os debates intelectuais ocorridos na Europa chegavam ao Brasil (e a outros países latino-americanos). Um caso que reflete esse ponto é o do marxismo, cujo léxico é bastante presente nas colunas de autores como Hermes Lima, Lívio Xavier, Astrojildo Pereira e outros.¹¹ Segundo Evaristo de Moraes Filho (2007), a penetração de obras de Marx na intelectualidade brasileira foi quase inexistente até a década de 1930, quando um número ainda muito reduzido de textos começou a ser traduzido para o português ou a chegar ao país em outras línguas. Esse fato explica como a apropriação do marxismo, durante o século XIX e, pelo menos, nas 3 primeiras décadas do XX, era bastante restrita e muitas vezes contraditória, se aproximando de visões até mesmo positivistas (MORAES FILHO, 2007). No entanto, segundo Batalha (2007, p. 9), é preciso ter em mente uma ressalva quanto a descaracterizar essa intelectualidade como “marxista”, visto que “[...] podem

¹⁰ De acordo com Todorov (2005, p. 31), “o cientismo [ou cientificismo] não elimina a vontade, mas decide que, já que os resultados da ciência são válidos para todos, essa vontade deve ser comum, e não individual [...] Tendo descoberto as leis objetivas do real, os partidários dessa doutrina decidem que podem colocá-las a seu serviço para conduzir o mundo para onde bem lhes parecer; e essa orientação, pretensamente imposta pelo próprio mundo, torna-se um motivo da marcha: age-se em benefício da natureza, da humanidade, da determinada sociedade, não dos indivíduos aos quais se dirige”.

¹¹ É importante apontar que muitos dos textos mencionados não trazem nenhum indicativo de autoria. A título de exemplo, os nomes de Xavier e Pereira não aparecem assinando nenhuma coluna ou texto nos jornais, sendo necessário recorrer à bibliografia para afirmar que os dois foram, de fato, autores (CASTRO, 2005; DE LUCA, 2011).

não ser marxistas pelos critérios de hoje, mas seriam classificados como tais pelos critérios de seu tempo”.¹²

A opção por singularizar o marxismo nesta exposição não é arbitrária ou aleatória, mas sim porque, apesar de FUA e ANL agregarem indivíduos de matizes políticos muito diversos (socialistas, trotskistas, tenentistas etc.), foram os conceitos marxistas os mais predominantes nas análises que diferentes intelectuais, de diferentes orientações filosóficas e políticas, fizeram. Embora não seja possível generalizar a seguinte afirmação para todos os intelectuais antifascistas que aparecem nas páginas de *HL* e de *AM*, é evidente que a visão evolucionista da história, que se vê “obrigada” a denunciar os retrocessos que o fascismo representava, é o principal elemento que dava coesão aos diferentes grupos, setores da sociedade e indivíduos que compunham as organizações antifascistas. Colocar os intelectuais marxistas nesse rol não é o mesmo que dizer que o marxismo (ou qualquer outra matriz teórica influente na época) era cientificista e determinista, expressão de uma fé cega no progresso humano, mas sim que estavam inseridos num caldo intelectual eclético, heterodoxo e diverso, em que o discurso típico da “modernidade” era recorrente (BATALHA, 2007). Tendo compreendido o porquê do medieval aparecer sob a faceta da Idade das Trevas, o que está intrinsecamente ligado à visão de progresso que era peculiar àquela época, será feito um esforço de entender como esse discurso se articulou nas páginas dos jornais antifascistas.

Algumas das facetas dos governos fascistas que mais suscitaram comparações ao medieval eram as da repressão e da imposição de um clima de terror entre a população. A ordem em si, na Itália, seria atingida apenas com “os mais tenebrosos métodos da Idade Média” (A ORDEM..., 1933, p. 2). Pelo menos duas notícias publicadas em *HL* mostram que um desses “tenebrosos métodos” era o das execuções públicas, que teriam passado a ocorrer na Alemanha após a ascensão nazista e que eram feitas através da decapitação do condenado com um machado e após este passar por um exíguo processo legal (ALTONA..., 1933, p. 2; O MACHADO..., 1933, p. 4).

Outra manifestação do obscurantismo medieval do fascismo se encontrava nas suas prisões. Na edição de 17 de junho de 1933 de *HL*, num momento em que Antonio

¹² Entre a virada do século XIX para o XX, período a que se refere Batalha (2007), e os anos entre 1933 e 1935, a que se refere este artigo, existe uma diferença de cerca de 3 décadas. No entanto, dada a já referida tardia penetração de obras de Marx no Brasil, ou mesmo a sua leitura via resumos e através de outros autores, é seguro afirmar que a “heterodoxia” e o “ecletismo” (BATALHA, 2007, p. 12) ainda vigorava entre a intelectualidade marxista (especialmente a que não era militante do PCB) e que as influências positivistas e do cientificismo ainda se faziam duradouras.

Gramsci ainda se encontrava preso, é publicado um texto, assinado por “Um exilado italiano”, que aborda as más condições de cárcere a que haviam sido submetidos o intelectual sardo e outras figuras dissidentes do fascismo (ENQUANTO..., 1933, p. 2). A própria prisão na cidade de Turi, onde se encontravam Gramsci e Umberto Terracini (também membro do Partido Comunista Italiano), foi caracterizada como um “cárcere-tuberculosário”, em função da multiplicação da tuberculose entre os encarcerados (ENQUANTO..., 1933, p. 2). Outro exemplo de denúncia das precárias condições pelas quais os presos passavam se encontra no caso de uma carta-protesto assinada, em julho de 1935, por um grupo de intelectuais (dos quais muitos eram ligados à ANL) contra a prisão e os maus-tratos que o líder do Partido Comunista Alemão, Ernst Thälmann, vinha sofrendo. A carta “[...] é o protesto de homens de responsabilidade e consciência, contra o histerismo sanguinário de um bando de aventureiros que envergonham o século XX” (CONTRA..., 1935, p. 1). O texto também se manifesta contra “meia dúzia de fenômenos patológicos”, os nazistas, que mantinham uma liderança popular como Thälmann presa de maneira arbitrária e sem acesso a seus direitos, colocado em “prisões medievais e [...] sinistros campos de concentração” (CONTRA..., 1935, p. 1).

As duas notícias mostram exemplos de prisões de figuras identificadas como ilustres e que gozavam de grande respeito entre as massas. Através delas, o fascismo estaria mostrando o seu desprezo pelos apelos humanitários que eram feitos no sentido de um tratamento digno dessas pessoas, mantendo-as nas suas “masmorras” (ENQUANTO... 1933, p. 2) e “prisões medievais” (CONTRA..., 1935, p. 1).

As prisões “medievais” do fascismo não eram, no entanto, uma exclusividade sua, sendo encontradas também no Brasil. A denúncia das violações de direitos dos presos e da desumanidade, em geral, da Delegacia de Ordem Social de São Paulo (DEOPS-SP), levam a esta ser comparada com a Inquisição (O PRESÍDIO..., 1934, p. 3). As condições das prisões brasileiras seriam, inclusive, um ponto que já aproximava o país do fascismo, como se vê no artigo, publicado na edição de 16 de junho de 1935 de *AM*, que noticia a visita de uma delegação da ANL e da União Feminina do Brasil (UFB)¹³ às mulheres da Casa de Detenção, no Rio de Janeiro. O texto traz a seguinte declaração da presidente da UFB, Maria Werneck de Castro:

¹³ A União Feminina do Brasil foi uma organização de mulheres, filiada à ANL, que contou com a participação de Maria Werneck de Castro, Armanda Álvaro Alberto e Eugênia Álvaro Moreira (CENTRO, s./d.).

Diga que não há coisa mais desumana, mais humilhante, mais degradante do que o regime presidiário no Brasil. Lá se sente de maneira gritante o que será para nós um regime fascista. Sem ele já há tanta semelhança com as tenebrosas prisões da Itália e da Alemanha... Dificilmente, em outro país do mundo se poderá encontrar prisões como as do Brasil. (EXECUTANDO..., 1935, p. 2)

Portanto, além de abordar um problema nacional, o das condições carcerárias, uma visita a um presídio era importante para revelar à população uma “amostra” do que seria o fascismo, caso este triunfasse no Brasil. Ademais, em paralelo com a perplexidade quanto à ascensão do fascismo em países “ilustres” da Europa (sendo um deles, a Alemanha, um dos grandes centros do capitalismo mundial), a cruel repressão policial que se estabelecia no país despontava na sua região de maior desenvolvimento: “Por uma rude ironia das coisas, ou ainda por uma maldade calculada pelos opressores do povo, é São Paulo, centro da nossa civilização, exemplo do nosso progresso, o cenário onde se desenrola a tragédia do sofrimento popular.” (SÃO PAULO..., 1935, p. 8).

Voltando à Alemanha, outro exemplo da barbárie punitivista do fascismo estava na instalação de um pelourinho na praça central de um vilarejo na região de Brunswick, que serviria para castigar quem insultasse a Hitler. O caso, relatado em *HL*, na edição de 17 de julho de 1933, é particularmente interessante, pois também permite observar como o discurso contra o obscurantismo fascista podia se cruzar com o discurso anticlerical. Comentando a respeito do caso do pelourinho, é feita a seguinte observação: “Há oito séculos isto acontecia, sim e não, com os blasfemos e os insultadores do Papa” (CIVILIZAÇÃO, 1933, p. 2). O anticlericalismo foi um elemento recorrente e com nuances e peculiaridades complexas, no trabalho de caracterização do fascismo nos jornais antifascistas.

Retornando às aproximações entre fascismo e Idade Média, é pertinente analisar um artigo escrito por Maria Lacerda de Moura, reproduzido na edição de 12 de junho de 1935 de *AM*. Ao abordar obras de dois teóricos nazistas, a autora trata dos malabarismos argumentativos utilizados para defender o que seria “uma nova ordem social na concepção da proteção que o chefe concede à fidelidade dos seus vassalos.” (MOURA, 1935, p. 3). Portanto, um retorno às relações de suserania e vassalagem da Idade Média europeia. Um dos aspectos dessa “nova ordem social” seria o retorno do chamado “direito de pernada”, em que um “senhor, ou padre” teria o direito de ter relações sexuais com uma mulher virgem antes de seu próprio marido (MOURA, 1935, p. 3). Essa prática estaria justificada pela potencialidade de que o homem que goza desse direito venha a

introduzir o seu código genético superior naquela relação e, assim, colaborar para o “melhoramento da raça” (MOURA, 1935, p. 3). O fato desse tipo de mistificação e opressão não parecer incomodar a muitas mulheres italianas e alemãs faz com que a autora perca suas esperanças na “nossa civilização de domesticados, acovardados diante do Direito da Força.” (MOURA, 1935, p. 3).

Ao absurdo do retorno do “direito de pernada” é somada a teoria, pretensamente científica, de que, ao ter relações sexuais com um “semita”, uma mulher “nórdica” tornava-se “infectada para toda a vida” com a carga genética daquele homem, mesmo que tivesse filhos com outro sujeito, “ariano” (MOURA, 1935, p. 3). O cientista responsável por essa teoria, o “Dr. Krumm”, num esforço de comprovar as especulações sobre a mistura de sangue, teria feito o seguinte “sofisma infantil”: “Se, por exemplo, introduzimos no organismo de um cão, a pequena quantidade de 10 gramas de sangue de coelho, o cão morre imediatamente, por ser a albumina do coelho diferente da do cão.” (MOURA, 1935, p. 3).

As comparações esdrúxulas do cientista nazista, que “confundia” espécie com raça, seriam evidências da instrumentalização nefasta e “superficial” que o fascismo buscava fazer da ciência, numa mistura de “religião e racismo, ocultismo e doutrinas nazistas, espalhando a confusão e a credulidade fácil entre os incautos” (MOURA, 1935, p. 3). A ciência eugenista era um bom exemplo disso, e sua penetração na América do Sul, lugar de “povos amalgamados no cadinho de todas as raças” era um aspecto do perigo do qual era necessário se alertar:

Inominável absurdo à luz da ciência, absurdo justificado pelos bárbaros modernos, em nome da própria ciência, nos sofismas imperialistas do direito da força. Com tais doutrinas, os ditadores encontram credenciais para todas as suas tiranias. E, por toda parte, aparecem os “cientistas” a soldo do servilismo ou da covardia - para defenderem os processos medievais de domesticar e reduzir a zero a razão humana. (MOURA, 1935, p. 3)

Entre a crítica ao anti-intelectualismo e à instrumentalização política da ciência, o alerta a respeito do retrocesso civilizatório aos tempos medievais e a indignação pela barbárie da submissão feminina, o texto de Maria de Lacerda Moura é um exemplo eloquente de como o discurso antifascista articulava diferentes eixos na caracterização do fascismo, mas que apontavam na direção da necessidade de lutar contra um regime que seria um grande recuo nas conquistas da humanidade.

Igualmente, foi possível observar que, nos discursos acerca do perigo do fascismo, o elemento de retorno ao medieval não estava tão presente nas páginas de *AM*, quanto em

HL.¹⁴ Como já foi indicado previamente, esse fato pode se dar em função de cada publicação buscar apelar a públicos diferentes: enquanto *AM* era um jornal popular, *HL*, com sua orientação para a vanguarda dos movimentos políticos, atingia um público mais intelectualizado. Essa observação é, ao menos parcialmente, corroborada pelo fato de que o discurso que comparava o fascismo com a Idade Média aparentava ser também apropriado pelos leitores de *HL*, como na publicação de correspondência em que uma leitora diz que o fascismo “nos transporta ao obscurantismo da Idade Média” (CORRESPONDÊNCIA... 1935, p. 3).

O “Bárbaro Fascista” contra a civilização

A questão do obscurantismo fascista e das comparações com temporalidades passadas vai além do perigo do retorno à Idade Média, suscitando referências a outros tempos históricos. Um exemplo seria o retrato dos fascistas (especialmente os nazistas) como bárbaros, associando-os, principalmente, aos povos germânicos da Antiguidade, num deslocamento que mantém o olhar estereotipado e negativo sobre essas populações.

Primeiramente, é necessário estabelecer uma definição do que se entende por “bárbaro”, para então relacioná-la com o uso que foi feito desse conceito pela imprensa antifascista. Segundo Todorov (2010), a palavra “bárbaro” tem origem na Grécia Antiga, particularmente após as guerras contra os persas, e era utilizada pelos gregos para se diferenciar daqueles que não falavam o idioma grego. Em outras palavras, os gregos (entendidos como “nós”), em oposição aos bárbaros não-gregos (entendidos como “os outros”).

Num primeiro momento, essa definição tinha um caráter relativo, ao opor gregos a literalmente todos os demais povos do mundo e ao expressar uma condição potencialmente temporária (visto que um estrangeiro podia aprender o idioma grego). Com o passar do tempo, a definição de bárbaro passou a somar um outro significado: a oposição entre civilização e selvageria (TODOROV, 2010). Nessa visão, o bárbaro é o parricida, marricida, infanticida ou o incestuoso, é aquele que faz uma ruptura violenta entre si e os outros (buscando resolver os conflitos através da violência), é aquele que não possui pudor em relação ao sexo e, por fim, é aquele que prefere o convívio familiar ao da pólis ordenada e regida por leis comuns (TODOROV, 2010). Sendo assim:

¹⁴ Isso também pode ser aplicado para as comparações com o Império Romano e suas implicações, bem como com as tribos germânicas da Antiguidade, também pouco presentes em *AM*.

[...] os bárbaros são aqueles que negam a plena humanidade dos outros: em vez de significar que eles ignoram ou esquecem, realmente, a natureza humana dos outros, eles comportam-se *como se* os outros não fossem - ou, de qualquer modo, não inteiramente - seres humanos. (TODOROV, 2010, p. 26-27, grifos do autor).

Ainda segundo Todorov (2010), os dois sentidos distintos da palavra “bárbaro”, a princípio contraditórios, podiam encontrar uma continuidade quando se considera que o não-domínio da língua também podia ser interpretado como a qualidade de alguém “menos humano”. O uso, pelos gregos, da palavra *logos*, que significa ao mesmo tempo fala e razão, ajuda a compreender a importância que era conferida ao domínio da linguagem (TODOROV, 2010).

No mundo cristão romano, o antigo sentido de “bárbaro” perde a sua função, frente ao universalismo do cristianismo (TODOROV, 2010). No entanto, a palavra continua sendo utilizada para descrever “os estrangeiros oriundos de regiões mais distantes, que parecem ser uma ameaça e se distinguem por sua crueldade e desumanidade” (TODOROV, 2010, p. 30), como no caso dos germânicos que invadiram o Império Romano. É justamente nessa acepção que se encontram a maioria dos retratos que comparam fascistas aos bárbaros, nas páginas dos jornais antifascistas. Entre charges, notícias e manifestos publicados, figuram alguns exemplos interessantes desse trabalho de aproximação entre fascismo e selvageria.

Uma charge (Figura 1) que vai no sentido da comparação entre fascistas e bárbaros é encontrada na primeira edição de O Homem Livre, logo na sua primeira página. A ilustração, reproduzida do jornal francês *Le Canard enchaîné*, retrata Hitler e seus correligionários como guerreiros de uma comunidade germânica, vivendo em tendas, trepando em árvores, tendo escasso domínio do fogo, usando roupas simples e portando armas primitivas. O título da charge (“Se isto continua...”) e a sua legenda (“Ainda um pequeno esforço e teremos levado a civilização ao seu ponto culminante...”) dão uma sugestão de qual seria o futuro para a civilização humana sob o fascismo (SE ISTO..., 1933, p. 1).

Figura 1: Se isto continua...



Fonte: SE ISTO continua... *O Homem Livre*. São Paulo, 1933, p. 1.

Outro exemplo eloquente da conexão entre fascismo e barbarismo se encontra em artigo publicado na edição de 1º de agosto de 1933 de *HL*. Reprodução de um manifesto publicado pelo grupo antifascista italiano *Giustizia e Libertà*, o texto tece uma comparação entre Mussolini e Hitler, em que a chave para compreender a diferença entre um e outro está na sua capacidade como bárbaro. Sendo assim, o líder italiano era um “falso bárbaro” e, por isso, seu trabalho teria sido insuficiente para chamar atenção para o perigo do fascismo na Europa:

Para despertar a Europa precisava-se de um bárbaro autêntico, de um bárbaro sincero que não tendo lido Nietzsche, nem Sorel, nem Renan, nem Maquiavel, e não tendo jamais entrado em cambalachos com os próprios adversários, tivesse a capacidade de tomar a sério os princípios [do] fascismo para aplicá-los até às últimas consequências. Mussolini [...] É um falso bárbaro, um comediante, e nunca acreditou na função revolucionária do fascismo [...] Todas as vezes que ele encontrou a Europa pela frente, desviou-se. (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1)

A esse Mussolini “acovardado” se opunha um Hitler sem amarras, que visava dar cabo ao programa fascista sem ceder espaço algum para a oposição:

Enfim, com Hitler, o fascismo transforma-se em coisa séria. Não brinca às escondidas, não tem contemplação para com os estrangeiros, não presta falsas homenagens aos princípios adversários ou, se o faz, fá-lo com grotesco impagável, e só quando é encostado à parede e se trata de salvar as testas-de-ponte sobre o Reno. (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1)

A constatação de que, “com Hitler, o fascismo transforma-se em coisa séria” (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1), além de corresponder à avaliação que as esquerdas no Brasil (e no restante do mundo) tiveram, também evidencia o quão mais perigoso o líder alemão era, em comparação com Mussolini, na sua capacidade de espalhar as trevas sobre o continente Europeu. Hitler era a própria representação da antítese dos valores que se condensavam numa imagem de Europa:

Ele é, verdadeiramente, a anti-Europa. Pela negação da tolerância religiosa, da igualdade jurídica, ataca o próprio coração da Europa e vai até a guerra ideológica e, talvez, até a guerra ‘tout court’, *com a ebriedade dionisíaca do bárbaro que tão só da força espera a vitória*. Hitler está salvando a Europa. Dele se falará, um dia, como de exóticos invasores que deram de novo a Roma ou ao mundo medieval, a consciência da função e a coragem de lutar. (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1, grifos nossos).

Questionar os valores, tipicamente iluministas, de tolerância religiosa e igualdade jurídica significava atacar “o próprio coração da Europa” e a disposição em recorrer até mesmo à guerra fazia de Hitler um “verdadeiro” bárbaro (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1). Ademais, o bárbaro aparece como um selvagem que não conhece o contrato social, ou renuncia a ele em nome da satisfação dos seus desejos subconscientes, carnis e violentos. Enfim, um sujeito que se embebeda com a satisfação de suas pulsões violentas.

O uso da frase “ebriedade dionisíaca” (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1) claramente se remete à dicotomia entre o apolônio e o dionisíaco, noção muito presente na filosofia de Nietzsche (que é citado no próprio texto).¹⁵ Na mitologia grega, Dionísio era o deus do vinho e das festas, da intoxicação, da loucura e do êxtase. Dionísio, o Eleutério, se opunha à imagem de Apolo, deus da saúde, da ordem e do pensamento racional. Mesmo que se possa ter um olhar positivo para o dionisíaco, ou que se pense que a existência humana pode ser compreendida como um embate eterno, e portanto, impossível de ser completamente superado, entre o apolônio e o dionisíaco (NIETZSCHE, 1992), a compreensão do processo histórico expressa pelo *Giustizia e Libertà* diz que o avanço civilizatório da humanidade tendia a favorecer a razão e, portanto, o ideal apolônio deveria ser alcançado. Sendo assim, o sujeito que se deixava tomar pela “ebriedade dionisíaca” (GIUSTIZIA E LIBERTÀ, 1933, p. 1) se tornava a antítese dos valores de racionalidade, igualdade, tolerância etc.

¹⁵ Segundo Khan (2008), a concepção de *Eros e Tanatos* desenvolvida por Sigmund Freud (que teria sido um admirador de Nietzsche) se aproxima muito da dicotomia entre o apolônio e dionisíaco. No sentido de uma leitura psicanalítica do fascismo, é importante mencionar a obra de Wilhelm Reich (2001), publicada originalmente em 1933.

No mês de setembro de 1935, no contexto do prenúncio e, posteriormente, da deflagração da Segunda Guerra Ítalo-Etíope, a questão do barbarismo se renova, podendo até ganhar contornos diferentes. Na coluna “Explicando ao povo”, publicada na edição de 25 de setembro de 1935 de *AM*, já na iminência da guerra, o discurso civilizador que o governo fascista italiano mobilizou é questionado:

A ‘guerra civilizadora’ de que fala Mussolini, para ‘justificar’ a sua ‘despudorada rapina’, é simplesmente uma farsa tão ignominiosa quanto trágica. Que civilização poderá o Duce impor aos abexins senão a do *manganello* e do óleo de rícino do seu fascismo sanguinário? (EXPLICANDO..., 1935, p. 3, grifos nossos).

O texto segue, criticando a postura de muitos jornais brasileiros da época, que pareciam aceitar acriticamente a justificativa do fascismo e que se horrorizavam com os costumes “selvagens” do povo etíope, mas não com a barbárie fascista. A coluna apresenta então um verdadeiro inventário das obras do fascismo que iam na contramão de quaisquer ideais civilizadores, criticando a conivência da imprensa nacional:

Nenhum entretanto, se lembra de exibir os numerosos testemunhos existentes sobre a “civilização” fascista [...] Os fuzilamentos de operários e camponeses, perseguições a intelectuais independentes, a abolição da liberdade de imprensa, as ilhas e presídios de deportação, o célebre “Tribunal Especial”, o assassinato de Mateotti, a escravidão econômica, a miséria a que o chefe “camisa preta” reduziu uma população de 50 milhões [...] nada disso impressiona a sensibilidade delicada dos nossos jornalistas. Impressiona-os, sim, a “ferocidade” dos abexins! (EXPLICANDO..., 1935, p. 3).

Assim, a crítica à cumplicidade da imprensa brasileira serve como um meio de ilustrar os horrores do fascismo e a farsa do seu discurso civilizatório. A obra do fascismo, longe de civilizatória, era destrutiva, e a Etiópia, embora reconhecidamente atrasada economicamente, lutava heroicamente contra a sua submissão:

Entre um déspota que destruiu a civilização milenar de um povo, fazendo-o retrogradar séculos e séculos, e um país materialmente atrasado, longínquo, sem recursos financeiros, mas que luta com admirável heroísmo pela sua independência nacional, esses jornalistas de aluguel optam cinicamente pelo primeiro e tudo fazem para “justificar-lhe” a criminosa aventura! (EXPLICANDO..., 1935, p. 3).

O texto conclui refletindo sobre o colonialismo e o imperialismo como um todo, citando os exemplos de colônias de outros países, como Inglaterra, França e os domínios italianos já existentes (como na Líbia e na Eritreia) e até mesmo o caso do Brasil, ainda em situação "semicolonial", para demonstrar que todos ainda viviam em condições de

miséria, a despeito de estarem sendo, supostamente, civilizados pelas potências europeias (EXPLICANDO..., 1935).

Outro texto relevante, na esteira do conflito ítalo-etíope, é atribuído ao historiador italiano Guglielmo Ferrero. O artigo, publicado na edição de 27 de outubro de 1935 de *AM*, não deixa dúvidas quanto à classificação da Etiópia, o último território africano a ser colonizado por um país europeu, como um país bárbaro: “Que os etíopes sejam bárbaros, é indiscutível. São os últimos bárbaros da história” (FERRERO, 1935, p. 3). No entanto, o autor relata casos anedóticos em que se observam valores “civilizados” nas práticas dos etíopes, como a moral cristã (eles respeitam a sacralidade do domingo e o jejum durante a Quaresma), a ordem e a organização (seus exércitos têm mais disciplina que os próprios europeus).

O ideal civilizador europeu é questionado e recebe contornos irônicos, perante a capacidade destrutiva observada na Primeira Guerra Mundial:

Meteu-se, agora, na cabeça da desgraçada Europa de pós-guerra, civilizar a Abissínia. Ao que parece, ela ainda crê em sua missão civilizadora no mundo. E desembarca na África as únicas coisas que ainda possui em abundância e é capaz de exportar: gases asfixiantes, bombas incendiárias, máquinas volantes (FERRERO, 1935, p. 3).

O desmascaramento da hipocrisia do discurso civilizatório, somado à situação de ditadura em que vivia a Itália, gera uma verdadeira confusão a respeito de quem é o civilizado e quem é o bárbaro:

Vede o contraste: de um lado, uma civilização ultra-sábia, na qual já não há tratados nem constituição, nem direito público, nem direito privado - onde tudo é mentira, ficção, aparências, farrapos de papel, tanto a ciência como a literatura, a religião como a política. Em face dessa civilização, os últimos bárbaros: bárbaros ignorantes, grosseiros, rudes, estúpidos, mas capazes até de morrer à fome em meio de víveres, só para não desobedecer a um mandamento moral que lhes veda tocar em certos víveres antes de certo dia. Que vai surgir do encontro dessa civilização com essa barbárie? (FERRERO, 1935, p. 3).

A abordagem de Ferrero expressa a noção de que os etíopes seriam sim bárbaros, mas bárbaros “virtuosos”, cuja abnegação e disciplinas moral e religiosa os coloca numa posição distinta daquela do “civilizado” que, além de ser capaz de cometer atrocidades em nome de uma suposta missão histórica, vive sob a tirania de uma ditadura fascista, sem leis e direitos. Assim, Ferrero não renuncia à dicotomia entre civilização e barbárie, mas busca apontar exatamente onde ela se contradiz à luz dos fatos, revelando uma apropriação do sentido relativista do barbarismo.

Ainda a respeito da visão evolucionista da história, uma charge (Figura 2), publicada em 2 de julho de 1933 em *HL*, demonstra de maneira gráfica e sintética como a marcha da civilização germânica sob o fascismo se tratava de um verdadeiro regresso evolutivo. A figura de Hitler é retratada em diferentes “etapas”, correspondentes ao processo de involução civilizatória (A REVOLUÇÃO..., 1935, p. 8). O que começa com um Hitler que pisa sobre a Constituição de Weimar, passa pelo chanceler retratado como um inquisidor que procede à queima de livros e, entre outras “etapas”, culmina com um hominídeo semelhante a um macaco (e portando o característico bigode do “*Führer*”) se balançando numa palmeira.

Figura 2: A revolução nacional avança a passos de gigante



Fonte: A REVOLUÇÃO nacional avança a passos de gigante. *O Homem Livre*. São Paulo, 2 jul. 1933, p. 8.

Considerações finais

Nas páginas anteriores, foi possível apresentar uma série de exemplos de publicações, entre artigos, notícias, editoriais e charges, que apontavam para o caráter regressivo do fascismo. Ainda que os textos abordados sejam apenas uma amostra do que se pode encontrar nas páginas de *HL* e *AM*, são interessantes exemplos sobre como a imprensa antifascista do período entre 1933 e 1935 buscou construir uma conceituação do fascismo. Mais do que meramente enumerar as características do movimento político que se buscava combater, esses jornais (e suas organizações) visaram mobilizar um número amplo de setores da sociedade para o próprio enfrentamento nas ruas. Ademais, o recorte escolhido, o da caracterização do fascismo como um regime de obscurantismo que buscava levar a civilização humana de volta a diferentes temporalidades passadas, permite analisar um ponto que parecia unir antifascistas de diversos matizes políticos.

A ascensão do fascismo, particularmente em um país do capitalismo central (Alemanha), e em dois países admirados pela intelectualidade (Alemanha e Itália), em

função de seus “nobres patrícios” nas artes, na literatura, na filosofia etc., significou um verdadeiro abalo às convicções evolucionistas da história, que viam no século XX a possibilidade de avançar no sentido dos ideais iluministas de progresso, racionalidade, liberdade e igualdade. Decorre dessa elaboração que os nazistas podiam ser classificados como “um bando de aventureiros que envergonham o século XX” (CONTRA ..., 1935, p. 1). É possível perceber até mesmo um sentimento de desilusão para com a civilização, como expressa Maria Lacerda de Moura (1935, p. 3) ao abordar as mistificações que as mulheres italianas e alemãs pareciam aceitar:

A mim me parecia impossível que a mulher moderna se prestasse a tal degradação, mas, diante do prestígio que Mussolini e Hitler exercem sobre as mulheres fascistas e racistas, já não sei o que pensar da baixeza da nossa civilização de domesticados, acovardados diante do Direito da Força.

Além da perplexidade, o lamento melancólico de Moura parece demonstrar que já começavam a aparecer fissuras na crença no progresso inexorável da humanidade. Em outras palavras, teria a denúncia ao obscurantismo fascista sido um momento significativo da ruptura com o conceito moderno de História, antes do conhecimento dos horrores do Holocausto, das bombas de Hiroshima e Nagasaki, e mesmo da própria Segunda Guerra Mundial? Embora seja difícil sustentar tal afirmação, especialmente a partir de um único texto, o questionamento é válido e pode ser útil para indicar futuras investigações.

De qualquer forma, é importante destacar que o próprio vocabulário utilizado para caracterizar o fascismo, fazendo uso de expressões como “obscurantismo” e “mistificação”, é fruto de uma concepção que opõe as trevas (coisa típica de temporalidades passadas e que não mais deveriam ser possíveis na atualidade) às luzes. Esse choque entre civilização e barbárie, trágico porque surgido de dentro da própria civilização europeia ocidental, lança ao antifascismo o papel de ponta de lança na defesa dos ideais iluministas.

A ideia do fascismo como ruptura do processo histórico (em descompasso com o tempo presente) e do antifascismo como antítese do retrocesso obscurantista é talvez o ponto que melhor sintetiza, ou, pelo menos, é o mínimo denominador comum do antifascismo nesse período. Não são os ideais liberais de democracia e liberdade, muito menos a crença no socialismo que move essas frentes e inspiram esse discurso, mas sim a crença de que a humanidade marcha, necessariamente, rumo ao progresso civilizatório. Isso faz com que o fascismo, com seu pretense regresso a temporalidades já passadas, signifique um perigoso obstáculo.

É possível afirmar que os grandes paradigmas vigentes na era da ascensão do fascismo (entre socialismo, liberalismo e fascismo) eram todos “modernos”, no sentido de que expressavam uma visão do processo histórico e submetiam o presente e o passado a um desejo mais profundo de futuro, distinto, abundante e mais justo. No entanto, é também claro que o antifascismo procurou se apropriar desse discurso e apontar, a todo custo, como o fascismo significava o oposto: um futuro distinto, mas distópico, repressivo, obscuro e de morte. Mesmo as grandes diferenças entre as tendências políticas que podiam se unir na causa antifascista não significam um desvio do ideal de progresso e futuro. Para o liberalismo, a crença na democracia liberal burguesa como o regime político ideal para a satisfação dos desejos humanos e o repúdio ao autoritarismo, repressão e incivilidade que o fascismo significava; para os socialistas, a crença no processo lento, gradual e progressivo de conquista pacífica do regime socialista; para os comunistas, a crença de que as contradições do próprio capitalismo levariam à sua derrocada por um proletariado organizado, que viria a construir uma sociedade socialista, que daria lugar, eventualmente, à completa abolição das classes sociais e do Estado, com o comunismo.

O antifascismo, como conceito, continuou a ser mobilizado após o fim da Segunda Guerra Mundial e continua sendo nos dias atuais, passando por algumas ressignificações. O trabalho de identificar como alguns grupos de antifascistas brasileiros deram significado à sua causa certamente não explica a apropriação de símbolos antifascistas e a reivindicação do epíteto de “antifascista” no tempo presente. No entanto, como aponta Koselleck (2006, p. 268):

Quando se analisam conceitos passados cujos termos ainda poderiam ser os nossos, podemos ter uma ideia das esperanças e anseios, das angústias e sofrimentos dos contemporâneos de então. E mais, tornam-se manifestos, para nós, a extensão e os limites da força enunciativa dos testemunhos linguísticos do passado.

Portanto, o esforço em contribuir para uma história do conceito de antifascismo no Brasil pode ser importante numa realidade em que se observa que grupos de extrema-direita (fascistas, ou não) ocupam os espaços públicos com intensidade cada vez maior. Nesse sentido, o antifascismo recebe um contorno de defesa das liberdades democráticas contra projetos políticos autoritários, antipopulares e que pregam a violência contra minorias sociais, étnicas, etc.

Referências

- A ORDEM na Itália fascista. *O Homem Livre*. São Paulo, 24 jun. 1933, p. 2.
- A REVOLUÇÃO nacional avança a passos de gigante. *O Homem Livre*. São Paulo, 2 jul. 1933, p. 8.
- ABRAMO, Fúlvio. *A revoada dos galinhas verdes*. São Paulo: Veneta, 2014.
- ALTONA. *O Homem Livre*. São Paulo, 5 nov. 1933, p. 2.
- BATALHA, Cláudio. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 2007. p. 9-41.
- BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
- BERTONHA, João Fábio. O antifascismo no mundo da diáspora italiana: elementos para uma análise comparativa a partir do caso brasileiro. *Altreitalie: Rivista internazionale di studi sulle migrazioni italiane nel mondo*, Turim: Fondazione Giovanni Agnelli, n. 17, jan./jun. 1998. Disponível em: https://www.altreitalie.it/publicazioni/rivista/numeri_arretrati/n_17/altreitalie_17_gennaiogiugno_1998.kl. Acesso em: 6 nov. 2022.
- BINETTI, Saffo Testoni. Iluminismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998. p. 605-611.
- BRAZIL, Giovani. Imprensa e organizações antifascistas no Brasil na década de 30: os casos dos jornais O Homem Livre e A Manhã. In: XVI Encontro Estadual de História ANPUH-RS, 2021, On-line. *Anais eletrônicos [...]*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2022. Disponível em: <https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/site/anais>. Acesso em: 21 set. 2022.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFF, Niterói, 1999.
- _____. O Homem Livre: um jornal a serviço da liberdade (1933-1934). *Cadernos AEL*, Campinas, v. 12, n. 22/23, p. 61-76, 2005.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. União Feminina do Brasil. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. S.l.: S./d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-feminina-do-brasil>> Acesso em: 16 set. 2022.
- CIVILIZAÇÃO. *O Homem Livre*. São Paulo, 17 jul. 1933, p. 2.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. A oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, v. 35, p. 253-270, ago./dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/171>. Acesso em 21 jan. 2022.
- CONDORCET, J. A. C. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas: Unicamp, 2013. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura.

- CONTRA a prisão e o suplicio de Ernst Thälmann. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 8 jul. 1935, p. 1.
- CONTRA o fascismo. *O Homem Livre*. São Paulo, 27 mai. 1933, p. 1.
- CORRESPONDÊNCIA de “O Homem Livre”. *O Homem Livre*. São Paulo, 23 set. 1933, p. 3.
- DE LUCA, Tania. O jornal literário Dom Casmurro: nota de pesquisa. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 67-81, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/issue/view/348>. Acesso em 12 dez. 2021.
- ENQUANTO se prepara o "raid" de Balbo. *O Homem Livre*. São Paulo, 17 jun. 1933, p. 2.
- EXECUTANDO a sério o seu programa. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 16 jun. 1935, p. 2.
- EXPLICANDO ao povo. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 25 set. 1935, p. 3.
- FERRERO, Guglielmo. Os últimos bárbaros. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 27 out. 1935, p. 3.
- GIUSTIZIA E LIBERTÀ. O fascismo vai se tornando coisa séria. *O Homem Livre*. São Paulo, 1 ago. 1933, p. 1.
- GOLDMAN, Noemi. *Lenguaje y revolución*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- JASMIN, Marcelo. Prefácio. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 9-12.
- KHAN, Omar. Nietzsche: apollonian versus dionysian. *PUTAJ: Humanities and Social Sciences*, Peshawar, v. 15, p. 1-9, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/7391327/Dionysian_versus_Apollonian. Acesso em 16 set. 2022.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira.
- _____. Introducción al “Diccionario” histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana. *Anthropos: Huellas del conocimiento*, Barcelona, n. 223, p. 91-105, 2009.
- KOSELLECK, R.; MEIER, C.; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. (org.). *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- MARTINS, Luís Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte / objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, C.; BATIESTTELA, A.; ANGELI, D. (org.). *Capítulos de história política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 53-74.
- MOMMSEN, Theodor Ernst. Petrarch on the “Dark Ages”. In: *Medieval and Renaissance studies*. Ithaca: Cornell University, 1959.
- MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, J. Q.; REIS, D. A. (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 1. Campinas: Unicamp, 2007. p. 43-102.

- MOURA, Maria Lacerda de. Hitler, o Racismo Alemão e a procriação à distância... *A Manhã*. Rio de Janeiro, 12 jun. 1935, p. 3.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Tradução de J. Guinsburg.
- _____. *Humano, demasiado humano*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Tradução de Paulo César Lima de Souza.
- O MACHADO nazista em ação. *O Homem Livre*. São Paulo, 14 dez. 1933, p. 4.
- O PRESÍDIO político da Ilha dos Porcos. *O Homem Livre*. São Paulo, n. 21, 3 jan. 1934, p. 3.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.
- SÃO PAULO sob o mais hediondo terror! *A Manhã*. Rio de Janeiro, 24 jul. 1935, p. 8.
- SE ISTO continua... *O Homem Livre*. São Paulo, 27 mai. 1933, p. 1.
- SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017358>. Acesso em 3 nov. 2022.
- TODOROV, Tzvetan. *O Jardim Imperfeito: o pensamento humanista na França*. São Paulo: USP, 2005. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros.
- _____. *O medo dos bárbaros: Para além do choque das civilizações*. Petrópolis: Vozes, 2010. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira.
- VIANNA, Marly de Almeida. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Artigo recebido em 22 de setembro de 2022. Aprovado em 16 de dezembro de 2022.